

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_7_Setembro_2021

Revista de Imprensa

1. Associação protesta, Correio da Manhã, 07/09/2021	1
2. Setor bancário avalia greves, Correio da Manhã, 07/09/2021	2
3. Betoneira mata operário, Correio da Manhã, 07/09/2021	3
4. "Falta de médicos fecha urgência de obstetrícia" - Entrevista a Roque da Cunha, Correio da Manhã, 07/09/2021	4
5. Dignidade, Correio da Manhã, 07/09/2021	5
6. Vai nascer um novo escalão do IRS, Correio da Manhã, 07/09/2021	6
7. Ajuda famílias, negociação do OE de 2022 e descentralização. Os desafios das freguesias, Diário de Notícias, 07/09/2021	8
8. Sindicatos preocupados com despedimentos na Parvalorem, Diário de Notícias, 07/09/2021	9
9. Há menos 100 mil mulheres com mamografia atualizada, Inevitável, 07/09/2021	11
10. Banca. Sindicatos avaliam greve, Inevitável, 07/09/2021	14
11. Editorial - Marcelo e Costa usam o papel para comunicarem, Inevitável, 07/09/2021	15
12. PCP faz exigências mas Costa já tinha dado garantias, Inevitável, 07/09/2021	16
13. Lisboa sem urgências de Obstetrícia, Inevitável, 07/09/2021	17
14. Empresa contrata 100 na abertura do parque industrial, Jornal de Notícias, 07/09/2021	18
15. Costa insiste que só vai decidir em 2023 se sai de líder do PS, Jornal de Notícias, 07/09/2021	19
16. Sitava reclama 47 milhões na insolvência da Groundforce, Jornal de Notícias, 07/09/2021	20
17. Concurso reabre hoje com mais 3080 vagas, Jornal de Notícias, 07/09/2021	21
18. Sindicatos alertam para despedimentos na Parvalorem, Jornal de Notícias, 07/09/2021	22
19. Governo sob pressão para baixar preço da eletricidade, Negócios, 07/09/2021	23
20. SNS não cobra às seguradoras todas as despesas por acidentes, Público, 07/09/2021	26
21. CUF e Luz Saúde só fazem partos pela ADSE até ao final do ano, Público, 07/09/2021	28
22. Bloco quer descida da electricidade antes do OE, Público, 07/09/2021	31
23. Luto parental chega ao Parlamento: petição e PAN forçam debate, Público, 07/09/2021	32
24. Sete sindicatos avaliam greve contra despedimentos no BCP e Santander, Público, 07/09/2021	33
25. Ruptura nas urgências de obstetrícia em Lisboa, Público, 07/09/2021	34

**RENDAS CONGELADAS****ASSOCIAÇÃO PROTESTA**

A Associação das Empresas de Consultoria e Avaliação Imobiliária manifestou "profunda preocupação" com a possibilidade de o Governo voltar a adiar o descongelamento das rendas anteriores a 1990.



DESPEDIMENTOS

Setor bancário avalia greves

Dirigentes dos sindicatos do setor bancário vão reunir-se hoje para avaliarem a realização de greves conjuntas, em protesto contra os despedimentos coletivos em curso no BCP e no Santander, revelou ontem Paulo Gonçalves Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, que lançou o convite aos restantes sindicatos. ●



Paulo Marcos, dirigente sindical

**TERRAS DO BOURO****BETONEIRA MATA OPERÁRIO**

Um homem morreu num acidente de trabalho, ontem, em Vilar da Veiga, Terras do Bouro. A vítima foi atingida por uma betoneira quando trabalhava numa obra. Não resistiu a caminho do hospital.



DISCURSO DIRETO

Roque da Cunha: secretário-geral do Sindicato Independente dos Médicos aponta medidas

“FALTA DE MÉDICOS FECHA URGÊNCIA DE OBSTETRÍCIA”

CCM- No último fim de semana todos os hospitais da Grande Lisboa estiveram sem capacidade de receber doentes nas urgências de obstetrícia. Que aconteceu?

Roque da Cunha - Não é uma situação pontual, é estrutural e resulta da incapacidade do Ministério da Saúde de resolver um problema sério de falta de recursos humanos. A falta de médicos fecha a urgência de obstetrícia/ginecologia a receber doentes. A urgência de obstetrícia vive abaixo dos mínimos.
- Neste fim de semana em concreto houve mais médi-



cos de folga ou de férias?

- Não se pode exigir mais esforço aos médicos, a maioria, nos primeiros seis meses, já realizou

300 horas extraordinárias, quando o máximo previsto é de 150. Os médicos precisam de descanso, de ter folgas. Com esta calamidade estamos a pôr em risco a saúde das grávidas e crianças.

- O que tem de ser feito?

- Uma grelha salarial nova. Não pode ser 1700 euros líquidos para um médico especialista com 40 horas por semana. Os privados e as empresas de prestação de serviços pagam mais. ● J.S.

CORREIO
DA JUSTIÇAAntónio
MarçalPRESIDENTE DO SINDICATO
DOS FUNCIONÁRIOS JUDICIAIS

Dignidade

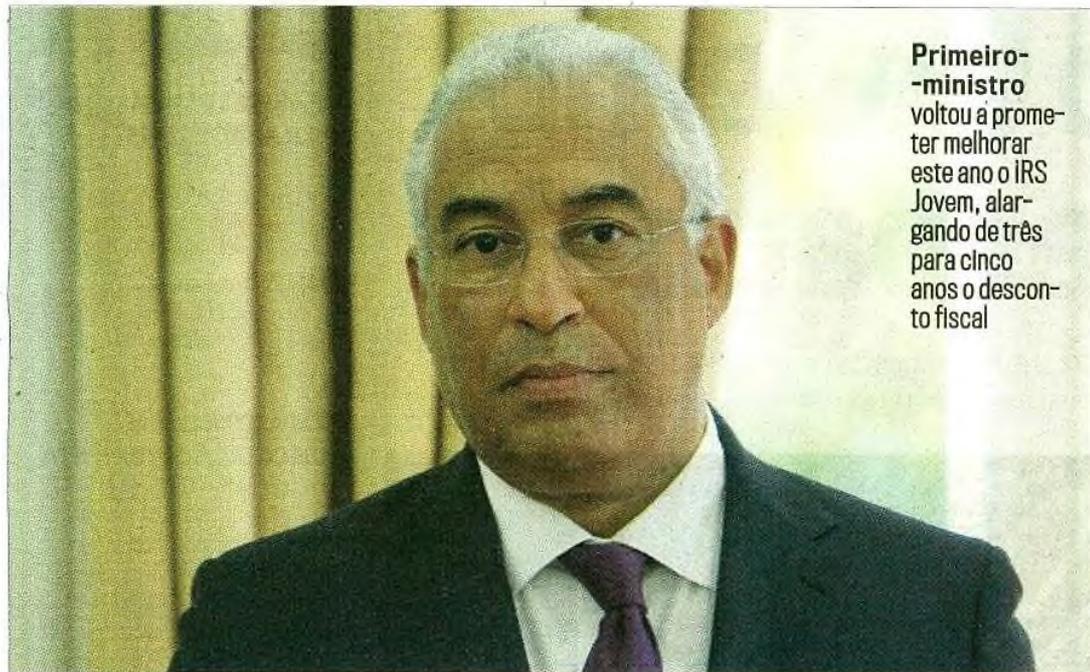
Em tempo de pré-campanha e de Feira do Livro, peço a Eça de Queirós a frase - “A pobreza geral produz um aviltamento na dignidade. Todos vivem na dependência: nunca temos por isso a atitude da nossa consciência, temos a atitude do nosso interesse.” Apesar do anúncios de milhões, à maioria dos trabalhadores, sobra em dias o que falta em salário. O salário médio em Lisboa é de 1400€, sendo que o salário médio nacional na administração pública é 1056€. O SMN é de 665€. Um oficial de justiça com 20 anos de serviço não aufer 1000€. E aos jovens que o Governo quer (?) trazer para a carreira paga pouco mais de 700€. Em Lisboa, onde um quarto

POBREZA GERAL
PRODUZ UM
AVILTAMENTO
NA DIGNIDADE

custa 400€ ou mais, como sobreviver? A carência de funcionários leva a soluções caricatas, como a da Gestão de Lisboa que pede “voluntários” para evitar o colapso dos Tribunais de Almada. Exemplo que se replica por todo o País. Ora, este colapso anunciado tem responsáveis. São, no dizer de João de Melo, “os políticos de carreira que hoje prometem o que amanhã deixarão por cumprir”. Assim, ao contrário do que escrevia João Massano, a greve de 1 de setembro, é um sobressalto cívico em defesa da cidadania plena e, logicamente, também da advocacia. A luta pode ser dura, mas a dignidade não tem preço. Lutar: Sempre; Vencer: Talvez; Desistir: NUNCA. ●



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2022



Primeiro-ministro voltou a prometer melhorar este ano o IRS Jovem, alargando de três para cinco anos o desconto fiscal

PRIMEIRO-MINISTRO

“TENHO-ME EMPENHADO EM NÃO CRIAR O DESERTO À MINHA VOLTA”

“HOUE MOMENTOS [NA PANDEMIA] EM QUE TEMEMOS QUE FÔSSEMOS AO FUNDO”

“PAÍS PRECISA URGENTEMENTE DE NOVO AEROPORTO”

António Costa estuda novo escalão de IRS

FISCO Governo admite alívio para rendimentos entre 10 mil e 20 mil € ou entre 36 mil e 80 mil/ano

SALOMÉ PINTO

O primeiro-ministro, António Costa, revelou ontem que o Governo está a “estudar a possibilidade de no Orçamento do Estado para 2022 haver mais um desdobramento dos escalões de IRS”. Em entrevista à TVI, o chefe do Executivo sinalizou que “o terceiro escalão, que cobre rendimentos entre os 10 732 € e os

20322 €/ano, e o sexto escalão, que vai dos 36 mil aos 80 mil euros”, são os que evidenciam maior desigualdade: “É uma diferença gigantesca” que importa suavizar, sublinhou o primeiro-ministro.

Na prática, Costa admite um alívio fiscal para os contribu-

tes que declaram às finanças entre 10 mil e 20 mil €/ano ou em alternativa para quem auferem entre 36 mil e 80 mil €/ano.

A par disso, o chefe do Governo voltou a prometer “melhorar este ano o IRS Jovem, alargando de três para cinco anos o desconto fiscal”, o que “vai significar que

nos dois primeiros anos 30% do rendimento não é tributado, nos terceiro e quarto anos 20% ficam livres do impostos e no quinto ano 10% não são tributados”.

Quanto à sucessão de Costa à frente do PS, o primeiro-ministro frisou que “em 2023 tomará uma decisão” sobre se se mantém ou dá a vez a outros, sublinhando que “não apoiará nem A nem B”.

LÍDER DO PS SÓ DECIDE SE SAI OU FICA EM 2023 E NÃO APOIARÁ CANDIDATOS



TERÇA-FEIRA 07/09/2021 | DIÁRIO | €1,30 (C/IVA)

SALGADO APOSTA TUDO

PAGA MULTA PARA ESCAPAR AO TRIBUNAL



P.4 E5

www.cmjornal.pt

CORREIO
da manhã

DIRETOR: CARLOS RODRIGUES
DIRETORES-ADJUNTOS: ARMANDO ESTEVES PEREIRA, ALFREDO LEITE, PAULO JOÃO SANTOS E PAULO OLIVEIRA LIMA

PROMESSA DE COSTA

VAINASER UM NOVO ESCALÃO DO IRS

P.28

ALÍVIO NAS RESTRIÇÕES P.12 E13

MÁSCARA NA RUA ACABA NO PRÓXIMO DOMINGO
UMA REAÇÃO ADVERSA POR CADA MIL VACINAS ADMINISTRADAS

ALTO RISCO. CM REVELA AS IMAGENS P.6 E7



TAMBÉM ESTEVE COM COSTA
"NÃO HAVIA NENHUMA CONTRAINDICAÇÃO DE SEGURANÇA", GARANTE PRESIDENTE



SUSPEITO
DE TERRORISMO TIRA SELFIE COM MARCELO

ESTAVA A SER VIGIADO PELA PJ DESDE O VERÃO DE 2017

ENCONTROS COM CHEFE DE ESTADO E DO GOVERNO FORAM EM 2018

APONTADO COMO CARCEREIRO DO DAESH QUE TORTURAVA PESSOAS

LUTA DE GIGANTES P.10 E11

SARABIA É ARMA SECRETA DO LEÃO



SELEÇÕES PERTURBAM CLÁSSICO

SEFEROVIC CONTA P.34

JESUS AVISA AVANÇADOS: "JOGA QUEM ESTIVER MELHOR"



CRIME EM JULGAMENTO P.14



"SOUBE QUE O MATEI QUANDO VI NA CMTV"

Homicida diz que pensava que vítima estava a fingir

Uma história tão rica que está gravada em moedas.

CORREIO



3ª edição, dia 0
2ª edição

4,95€ - JORNAL

2ª Edição + OFERTA
cama arquivaadora de moedas
+ 2 réplicas de moedas

VIDAS P.40 A 45

LUCY
PERDE OS SENTIDOS APÓS PROGRAMA EM DIRETO



PIANISTA MARIA JOÃO PIRES SOFRE QUEDA

JEAN-PAUL BELMONDO (1933-2021) P.38



MORREU UMA LENDA DO CINEMA FRANCÊS

DECISÃO SEM DATA P.8 E9

Apagão informático adia sentença dos Comandos

ALGARVE P.20

Orcas danificam quatro veleiros

RIXA DE FAMILIAS P.15

PSP reformado atira contra vizinho

Peppa Pig

Com a Peppa brincar e aprender



Prato decorativo
+ chávena à bolacha
+ 3 bolas de jogo
3,95€
+ panela

Max hatada
2x 57 folhas
+ 2 peças de ilust.



Ajuda a famílias, negociação do OE de 2022 e descentralização. Os desafios das freguesias

AUTÁRQUICAS Presidente da Anafre, Jorge Veloso, recorda os investimentos feitos para ajudar as famílias e as dificuldades que vão manter-se no próximo ano.

A ajuda às famílias afetadas pela pandemia, a descentralização de competências, a reversão da fusão de freguesias de 2013 e as negociações do Orçamento do Estado para 2022 são os principais desafios das freguesias no próximo mandato.

Segundo o presidente da Associação Nacional de Freguesias (Anafre), Jorge Veloso, dois ou três meses depois do início da pandemia de covid-19, em 2020, surgiram "em catadupa" os pedidos de apoio de famílias às autarquias, que passaram a desempenhar um papel "importantíssimo na alimentação" e em alguns atrasos de pagamento das rendas, de energia e da água, uma situação que deverá agravar-se no próximo ano, com o fim das moratórias.

Dá que, segundo Jorge Veloso, qualquer autarca de freguesia, quer tenha experiência ou seja eleito pela primeira vez nas eleições que se realizam em 26 de setembro, "sabe que tem de ter como primeira hora, em cima da mesa, a ação social, e quem não o fizer corre o risco de ter alguns dissabores durante o mandato".

"Eu prevejo muita dificuldade de muita gente. Quando acabarem as moratórias vamos ter algumas dificuldades nas famílias, garantidamente. [...] Vamos pensar positivamente, que o Governo possa, de algum modo, também contemplar essas famílias com menos rendimentos, a ver se se consegue atingir um patamar em que as pessoas vivam melhor", disse.

O autarca sublinhou que, no âmbito do combate à covid-19, "há

freguesias que fizeram um investimento muito grande", que ainda não foi ressarcido, e estão elas próprias com dificuldades.

Outro dos desafios para o próximo mandato de um autarca de freguesia é a descentralização de algumas competências que pertenciam aos municípios e que agora estes devem passar para as freguesias através de autos de transferência. O processo decorre desde 2019, mas Jorge Veloso confessa-se "um pouco agastado" com a evolução: dos 278 municípios do continente (de um total de 308 no país), só 85 descentralizaram competências para cerca de 850 freguesias.

"Falamos aqui de pelo menos cerca de 150 ou 160 municípios que ainda não fizeram o auto de transferência e têm de o fazer. Nós, neste momento, temos 850 freguesias que foram contempladas, mas ainda faltam, daquelas que disseram que queriam, cerca de 1500", sublinhou. Jorge Veloso realçou que muitos dos municípios que não assinaram autos de transferência continuam a passar as competências para as freguesias exercerem através de acordos de execução, como acontecia, mas o valor que cabe às freguesias nestes contratos "não é igual", fica abaixo do que lhes cabe com o novo regime. "A lei foi publicada, foi aprovada pelo Governo, foi aprovada na Assembleia da República, foi promulgada e tem de ser cumprida. Não faz sentido estarmos a arrastar um processo desde 2019. Acho que no próximo mandato terá de haver mesmo aqui um passo decisivo para que o processo seja reativado", sublinhou.

LUSA



Jorge Veloso alerta para as dificuldades que as famílias ainda enfrentam.



ID: 94761303

07-09-2021



Sete sindicatos da banca avaliam hoje a realização de greves conjuntas contras os despedimentos coletivos no Santander e no BCP.

Sindicatos preocupados com despedimentos na Parvalorem

BANCA Veículo público que ficou com os ativos do BPN deverá avançar com o despedimento de entre 60 a 70 trabalhadores no âmbito de um processo de reestruturação.

TEXTO ELISABETE TAVARES

Estão em causa entre 60 e 70 postos de trabalho que deverão desaparecer com o processo de reestruturação em curso na Parvalorem. O veículo público criado para ficar com os ativos tóxicos do antigo Banco Português de Negócios (BPN) caminha para a sua futura liquidação, o que preocupa os sindicatos dos bancários que temem que a medida venha a acentuar a crise que se vive em termos de despedimentos no setor. Segundo estimativas dos sindicatos, no ano de 2021 deverão sair da banca entre 2500 e 3000 trabalhadores, a maioria no segundo semestre devido aos processos de despedimento em curso no Santander e no Millennium bcp. Os processos de despedimento têm gerado uma forte contestação, com a realização de manifestações e greves.

"O governo está num afã de liquidar a Parvalorem. Está a abrir con-

ursos para vender a carteira a terceiros. Imaginamos que vão ser os suspeitos do costume a ficar a gerir e a comprar eventualmente as carteiras", disse Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB). "O governo está num processo de reduzir ainda mais a operação da Parvalorem e achamos que com isso não está a defender o interesse nacional nem o interesse dos contribuintes", adiantou ao DN/DV. O sindicalista vê "com razoável preocupação que a Parvalorem deseje encetar um processo de redução de 60% da sua força de trabalho nos próximos meses".

Paulo Marcos destacou que "o processo de despedimentos ainda não começou" e os sindicatos ainda não conhecem "as condições que irão ser oferecidas aos trabalhadores para o término dos seus contratos de trabalho". "Estamos a

falar de 60 a 70 pessoas que estão potencialmente em risco".

O presidente do SNQTB alertou que se pode estar a cometer "num veículo do Estado os mesmos erros que suscitaram, por exemplo, comissões parlamentares de inquérito", uma alusão ao caso da venda de ativos do Novo Banco. "Está aqui um tema que temos de endereçar

● O BPN já custou ao Estado cerca de 6200 milhões de euros, desde que foi nacionalizado em 2008, segundo estimativas do Tribunal de Contas.

aos senhores deputados para que se perceba, para que alguém explique aos portugueses, porque este afã de querer liquidar a Parvalorem e os seus trabalhadores", afirma. "Não encontramos nenhum racional económico nisto. Imagino que teremos outra vez os mesmos problemas. Só que aqui o interesse é de todos nós porque o veículo é público, o que tem uma dimensão absolutamente sistémica", salientou.

O BPN, um banco que era liderado por José Oliveira e Costa, colapsou em 2008 e foi nacionalizado naquele mesmo ano pelo governo de José Sócrates. Em 2010 foi criada a Parvalorem, a Parups e a Participadas SGPS para gerirem os ativos do banco.

No âmbito do Memorandum of Understanding e do Memorandum of Economic and Financial Policies celebrados pelo governo português com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Interna-

cional, o Estado passou a ser detentor de 100% daquelas três sociedades.

Este ano, foi anunciado que a Parups e a Participadas iriam desaparecer através de um processo de fusão por incorporação na Parvalorem, que por sua vez será depois alvo de liquidação. Fica esta sociedade como a única detetora e gerir os ativos do antigo BPN que não foram comprados pelo Eurobanc quando adquiriu o banco por 40 milhões de euros em 2012. O projeto de fusão por incorporação das sociedades foi aprovado no mês de julho.

A Parvalorem acabou por pedir este ano ao governo o estatuto de empresa em reestruturação para poder beneficiar de uma quota mais ampla de saídas de trabalhadores com direito a subsídio de desemprego.

A Parvalorem registou prejuízos superiores a 39 milhões de euros em 2020, face ao resultado negativo de 62,6 milhões de euros obtido no exercício anterior. A empresa explicou a redução dos prejuízos sobretudo com a diminuição de 24,8 milhões registada nos custos de financiamento. Em 2020, a sociedade recuperou ativos num total de 42,8 milhões, dos quais 34,2 milhões diretamente decorrentes da carteira de contas a receber, 5,2 milhões com a atividade imobiliária e 3,4 milhões em ativos financeiros. Desde o início da sua atividade, a Parvalorem só recuperou um total de 890,3 milhões de euros, valor que representa 22,5% do total do crédito cedido ao valor nominal. O ativo líquido da Parvalorem passou de 376,5 milhões de euros para 393,3 milhões, um aumento de 16,7 milhões de euros, enquanto o passivo totalizou, no ano passado, 4389,5 milhões de euros. Segundo estimativas do Tribunal de Contas, o custo do BPN para o Estado desde que o banco foi nacionalizado, em 2008, atinge os 6200 milhões de euros.

Contactada, a Parvalorem nega haver despedimentos coletivos, mas admite que haverá "rescisões por mútuo acordo" e assegura que está a procurar integrar os "seus colaboradores em soluções de empregabilidade sustentável".

O processo laboral na Parvalorem, a concretizar-se, vem engrossar os números de saídas de trabalhadores do setor da banca em 2021. Os sete sindicatos do setor bancário, incluindo o SNQTB, o MAIS Sindicato e o SBN anunciaram ontem que vão reunir-se nesta terça-feira, para avaliarem a possibilidade de avançarem para greves conjuntas e outras ações de luta contra os despedimentos coletivos de 450 trabalhadores no BCP e no Santander.

O SNQTB já tinha decretado a realização de greves no Santander, no dia 13 de setembro, e no BCP, no dia 17 de setembro.

elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Terça-feira 7.9.2021 / Diário / Ano 157.º / N.º 55 657 / €1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

ATIVOS DO BPN

SINDICATOS PREOCUPADOS COM DESPEDIMENTOS NA PARVALOREM

BANCA Veículo público deverá avançar com a saída de 60 a 70 trabalhadores no âmbito de um processo de reestruturação. PÁGS. 16



MEMÓRIAS
10 FIGURAS
NA MIRA
DE PINTO
BALSEMÃO
"Injustiçado".
Os "outros"
são "por
natureza
ingratos", diz

PÁGS. 1-5

**Frente-
a-frente**
Medina
versus
Moedas
numa pré-
campanha
que já azedou
o futuro

PÁG. 6

Pandemia
88% da
população
elegível
está
totalmente
vacinada
contra
a covid

PÁG. 12

**Luís Miguel
Ribeiro, líder
da AEP**
"Heroína?
Dona Antónia
Ferreira. Pela visão,
empreendedorismo
e responsabilidade
social"

PÁG. 11

Mundial 2022
Jogo com
Azerbaijão
é uma
de quatro finais.
Perder
pontos não
é questão
que se coloque

PÁGS. 22

1933-2021
**Jean-Paul
Belmondo**
Morreu
um ator
de muitos
sonhos e
aventuras

PÁG. 24





Organização europeia de oncologia estima que tenham sido feitos menos 100 milhões de exames de rastreio na Europa no primeiro ano de pandemia

DREAMSTIME



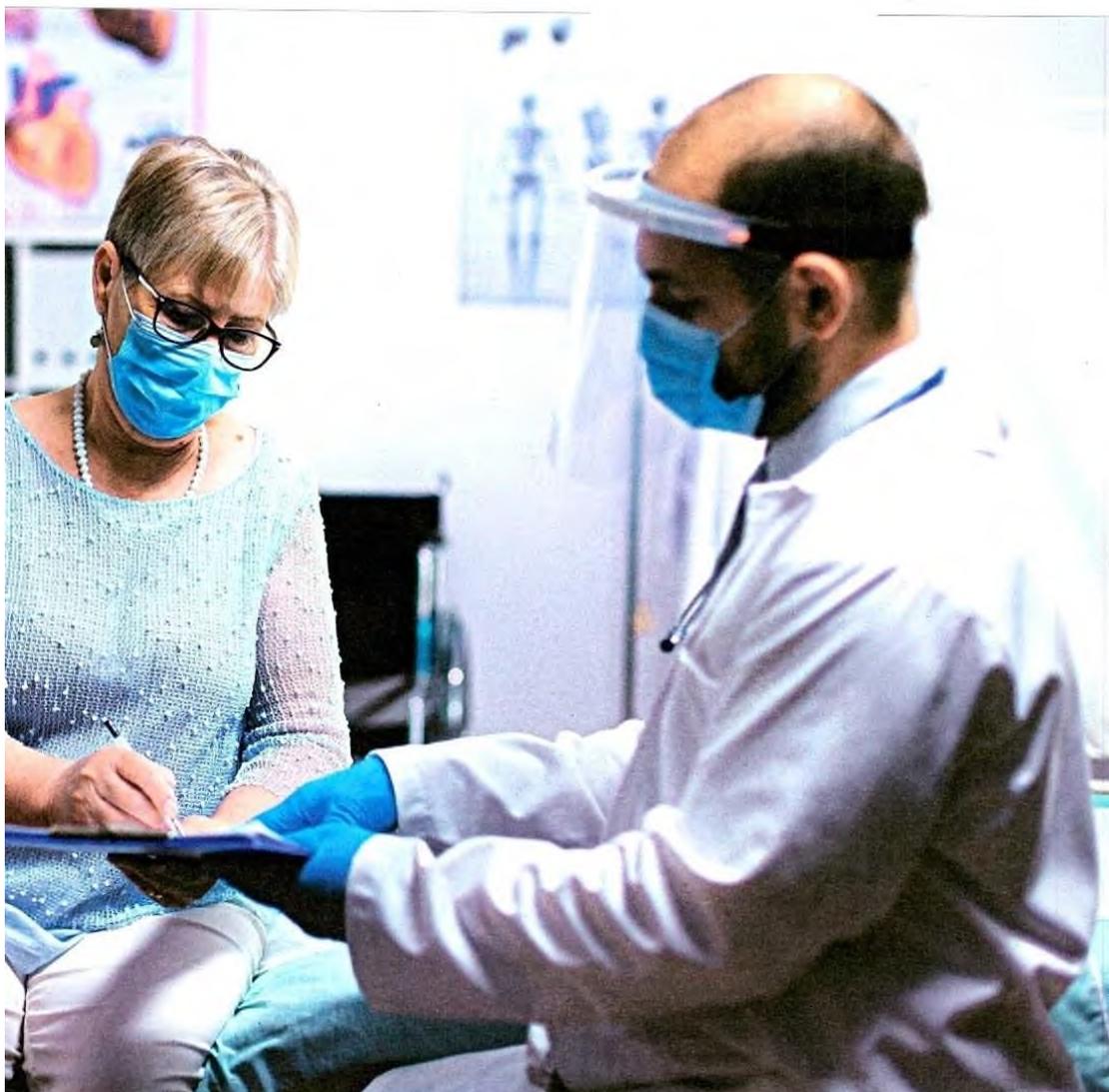
Rastreios oncológicos continuam em níveis pré-pandemia

Em julho havia 481 mil mulheres com mamografias atualizadas nos últimos dois anos, menos 17% do que em 2019. Liga Portuguesa Contra o Cancro destaca aumento dos rastreios organizados na região Sul mas admite que recuperação na resposta a doentes oncológicos vai levar meses.

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

Os rastreios oncológicos feitos nos cuidados primários de saúde continuam abaixo dos níveis pré-pandemia. O balanço até julho mostra que depois de um início do ano com menos utentes com os exames em dia, houve uma recuperação ao longo dos últimos meses mas o número de utentes com mamografias, papanicolaus e rastreios do colon-retro atualizados continua abaixo do que acontecia antes da pandemia e até mesmo, quando comparado com julho do ano

passado, altura em que muitos portugueses ainda tinham feito os exames em 2019 – o ano com mais atividade no Serviço Nacional de Saúde nesta e noutras áreas. Os dados disponíveis no Portal da Transparência do Ministério da Saúde revelam que em julho havia 480 846 mulheres com registo de mamografia nos últimos dois anos, o que compara com 555 141 em julho do ano passado e 581 245 em julho de 2019. Trata-se de uma quebra de 17% em relação a 2019. No caso das colpocitologias, o rastreio do cancro do colo útero através do papanicolaú,



havia 903 726 mulheres com o exame atualizado, o que compara com 1 015 126 no ano passado e 1 045 157 em 2019 (-13,6% do que em julho de 2019). É na área do rastreio do cancro colorretal, habitualmente recomendado entre os 50 e os 74 anos de idade, que os números se aproximam mais dos níveis pré-pandémicos. Em julho havia 1 518 214 utentes do Serviço Nacional de Saúde com o rastreio do cancro colorretal feito, o que compara com 1 519 032 no ano passado e 1 564 882 em 2019 (apenas -3% do que em 2019).

Em toda a Europa, a diminuição dos rastreios oncológicos foi apontada como uma das consequências dos impactos da pandemia no acesso a serviços de saúde, com exames em intervalos regulares que visam o despiste precoce de doença oncológica adiados. Em Portugal, um levantamento feito pela consultora Moai para o Movimento Saúde em Dia da Ordem dos Médicos e da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares estimou que entre março de 2020 e fevereiro deste ano tenham sido feitos menos 450

mil exames de rastreio oncológico. A nível europeu, a organização European Cancer, que junta sociedades médicas e associações de doentes, estimou que tenham ficado por fazer 100 milhões de rastreios, com menos 1,5 milhões de doentes oncológicos referenciados e um milhão de casos de cancro por diagnosticar.

**Liga Portuguesa
Contra o Cancro
reforçou rastreios
nos distritos de
Lisboa e Setúbal**

**Perceção de
diagnósticos mais
tardios do que
antes da pandemia
preocupa**

MAIS RASTREIOS ORGANIZADOS NA REGIÃO SUL Vítor Rodrigues, presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro, considera que há muito para recuperar, nomeadamente em termos de referências hospitalares, mas no caso dos rastreios organizados, em que se pretende uma convocação de base populacional a todas as pessoas em idade para fazer exames de despiste regulares, sublinha que este ano a situação está melhor do que em 2021.

A Liga Portuguesa Contra o Cancro é responsável desde os anos 90 por rastreios organizados do cancro da mama, que passam pela convocatória de mulheres em idade para fazer a mamografia. A região Centro tem cobertura total desde 2001 e a região Norte desde 2018, bem como o resto do país. A região mais atrasada tem sido Lisboa e este ano avançaram novos protocolos com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, abrangendo a totalidade dos distritos de Lisboa e Setúbal. A expectativa é chegar a 400 mil mulheres nos próximos dois anos.

Vítor Rodrigues sublinha que

garantir que os exames são feitos em intervalos regulares nos grupos etários em que são recomendados é a principal preocupação do programa, que consegue assim melhor resultados do que quando os exames são feitos pontualmente. Considerando que os rastreios organizados estão a funcionar melhor do que no ano passado, em que estiverem vários meses parados, o responsável sublinha que é necessário continuar a garantir o acesso e admite que a recuperação na área oncológica vai levar vários meses. "A percepção empírica que temos, porque ainda não existem dados consolidados a nível nacional, é que temos doentes a dar entrada com diagnósticos mais atrasado nos hospitais e com doença mais metastizada". Os rastreios permitem a deteção precoce, mas o despiste de sintomas e sinais em consultas regulares de medicina geral e familiar continuam a ser crucial, sublinha. "Penso que depois do susto da covid-19, as pessoas estão a perder e o receio e a procurar fazer os seus exames, temos de garantir que existe acesso", diz.

Os três programas de rastreio

Cancro da mama

- O programa de rastreio do cancro da mama destina-se à população do sexo feminino, com idade igual ou superior a 50 anos e igual ou inferior a 69 anos
- O teste primário é a mamografia com dupla leitura, a realizar de dois em dois anos

Cancro do colo do útero

- O programa de rastreio do cancro do colo do útero destina-se à população do sexo feminino com idade igual ou superior a 25 anos e igual ou inferior a 60 anos
- O teste primário é a pesquisa de ácidos nucleicos, dos serotipos oncogénicos, do vírus do papiloma humano (HPV), em citologia vaginal, a realizar de cinco em cinco anos

Cancro do cólon e reto

- O programa de rastreio destina-se à população de ambos os sexos com idade igual ou superior a 50 anos e igual ou inferior a 74 anos
- O teste primário é a pesquisa de sangue oculto nas fezes, a realizar de dois em dois anos

Fonte: Despacho n.º 8254/2017

Números

-17%

Em relação a julho de 2019, há menos 100 mil mulheres com mamografia atualizada nos últimos dois anos (-17,3%)

-13,6%

Há 903 726 mulheres com papanicolaou feito recentemente, menos 141 mil que em julho de 2019 (-13,6%)

100

Organização europeia estima que tenham ficado por fazer em 2020 100 milhões de rastreios a nível europeu



1,50 € // Terça-feira, 7 setembro 2021 // Ano 12 // Diário // Número 3543 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vitor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

Há menos 100 mil mulheres com mamografia atualizada

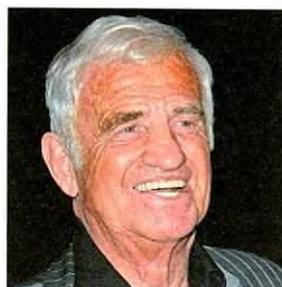
Rastreios oncológicos continuam em níveis pré-pandemia

Em julho havia 481 mil mulheres com mamografias atualizadas nos últimos dois anos, menos 17% do que em 2019. Liga Portuguesa Contra o Cancro destaca aumento dos rastreios organizados na região Sul mas admite que recuperação na resposta a doentes oncológicos vai levar meses // PÁGS. 2-3

Uso obrigatório da máscara na rua acaba no domingo

PS e PSD afastam renovação da medida

“É tempo de a vigência desta lei absurda terminar, estando prevista a sua caducidade já no próximo dia 12 de setembro, que se espera que venha efetivamente a ocorrer”, escreve Luís Menezes Leitão // PÁGS. 22 e 32



Jean-Paul Belmondo. De aspirante a pugilista a emblemático rosto da Nouvelle Vague

“Eu queria ser palhaço. Sempre gostei do circo. Era o circo e o boxe”, chegou a dizer // PÁGS. 24-26

Pornografia feminista.
Uma nova forma de ver o sexo

PÁGS. 14-19

Autárquicas em Cascais.
Carreiras atrás do terceiro mandato

// PÁG. 4

TAP. Companhias de aviação contestam plano de reestruturação

// PÁG. 10

Guiné-Conacri. Golpistas prometem que produção de alumínio não está em risco // PÁG. 12

Brasil. Bolsonaro quer usar Dia da Independência para dar o golpe, dizem opositores

// PÁG. 32



Banca. Sindicatos avaliam greve

PORTUGAL Os sete sindicatos do setor bancário – o SNQTB, MAIS Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF – vão reunir-se esta terça-feira, na sede do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários, com o objetivo de avaliar a possibilidade de avançarem para greves conjuntas e outras ações de luta contra os despedimentos coletivos no Millennium bep e no Banco Santander Totta.



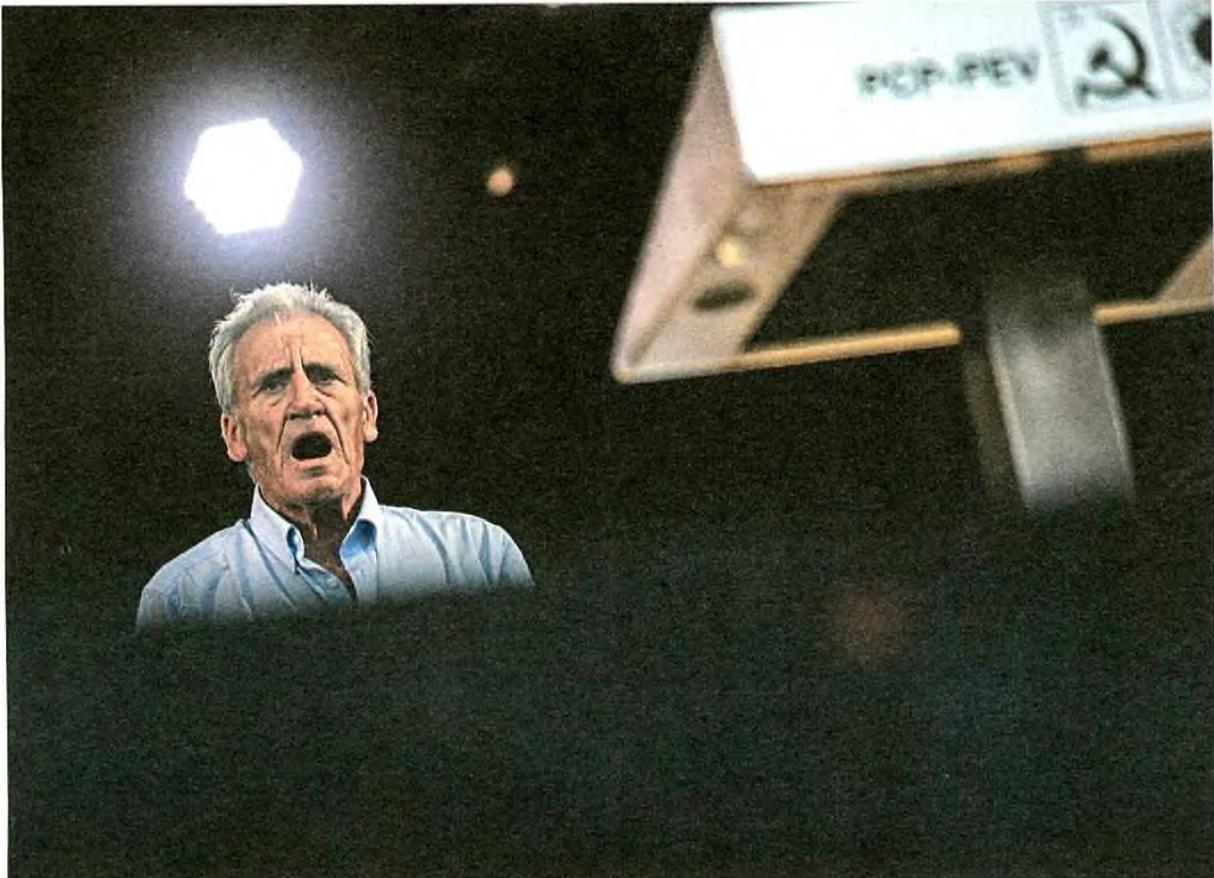
EDITORIAL

Marcelo e Costa usam o papel para comunicarem



Vítor Rainho

Não sei se existe outro país assim, em que as duas figuras mais poderosas, politicamente falando, se digladiam através dos seus meios de comunicação social preferidos – embora Costa também use o palco público para dizer de sua justiça, ao contrário de outros tempos. Para os mais atentos às jogadas de bastidores, era certo que sempre que António Costa queria mandar algum recado a Marcelo, o aviso fazia-se anunciar através de uma jornalista de um diário que o primeiro-ministro muito aprecia. Já a resposta surgia e surge à sexta-feira sempre que outra jornalista de um semanário dá conta que Marcelo “terá dito em público” o que quer verdadeiramente dizer. Para o comum dos mortais isto não lhes diz grande coisas, mas já os amante de de jogadas políticas adoram este jogo de xadrez. A última jogada foi, para mim, completamente inesperada pois ainda não percebi onde quer chegar o Presidente da República ao usar o seu veículo de informação garantindo que António Costa não se recandidatará ao cargo de líder do PS depois de 2023. Olho para estes jogos com algum divertimento e imagino que um e outro pensam sempre que as notícias que passaram surgem impressas. É óbvio que as jornalistas em causa fazem muito bem em darem conta do que um e outro querem que se saiba. Penso que, no fundo, os dois se divertem imenso, às vezes, com o cada um diz. Engraçado é também a relação que ambos têm com Marques Mendes, pois ambos passam informação ao comentador mais feliz da televisão portuguesa, e que acaba por ser o jornalista mais bem informado, pois tem um manancial de informadores – além de Costa e Marcelo – muito desejável. Chegados aqui, percebemos facilmente que o segundo mandato de Marcelo será bem mais ativo e Costa não terá só que se preocupar com o avanço de Pedro Nuno Santos no partido, como terá de estar de aviso em relação aos desejos de Marcelo. Vai ser um ano político, que começou agora em setembro, muito divertido. Ah! E António Costa não pára de aparecer em tudo o que é lugar televisivo...



Jerónimo de Sousa quer uma alternativa e uma "rotura"

BRUNO GONÇALVES

OE 2022. PCP faz exigências mas Costa já tinha dado garantias

PCP prometeu "bater-se em todos os níveis" e por medidas que não estão traduzidas no PRR, mas Costa tem acenado com algumas das exigências.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

O PCP já apresentou as suas exigências para aprovar o Orçamento do Estado do próximo ano. Entre as medidas, Jerónimo de Sousa destacou as creches gratuitas para todas as crianças, o investimento em equipamentos e trabalhadores que sirvam os idosos e cuidadores, passando ainda pelo aumento da oferta pública da habitação.

Tratam-se de medidas que, segundo o secretário-geral do PCP, traduzem uma alternativa e uma "rotura" pelos quais o partido promete "bater-se em todos os níveis" e que não estão traduzidas no Plano de Recuperação e Resiliência

(PRR). Mas tal como o *Nascer do SOL* avançou, são exigências que já têm luz verde por parte do Governo. O acordo de princípios com o PCP, BE, PAN e as duas deputadas não inscritas em relação ao Orçamento do Estado para o próximo ano ficou assegurado antes de António Costa ter ido de férias. O primeiro-ministro já tinha levantado o véu em relação a algumas medidas, nomeadamente para as famílias portuguesas.

Em entrevista ao *Expresso* já tinha admitido que iria rever os escalões de IRS, com vista a aumentar o rendimento da classe média e apontou ainda para uma subida «significativa» do abono de família no próximo Orçamento do Estado para 2022.

A confirmação desta e de outras medidas acabou por chegar dias mais tarde no congresso socialista, em que Costa dedicou grande parte do seu discurso a uma agenda de esquerda, muito virada para as famílias e com anúncios de medidas de reforço de apoios. Ao que o *Nascer do SOL* apurou, os comunistas não abdicaram das leis laborais em troca da aprovação do documento, os bloquistas exigiram mais apoios sociais e o PAN focou-se nas questões ambientais.

E a resposta não se fez esperar. António Costa acenou com o alargamento das deduções do IRS a partir do segundo filho – o seu Executivo tinha introduzido uma majoração fiscal na

dedução fiscal para todas as famílias a partir do segundo filho, mas que apenas se aplicava às crianças entre os zero e os três anos e que permitiu uma dedução de 900 euros a partir da segunda criança – e prometeu abrir mais dez mil lugares em creches no país, acenando com políticas de incentivo à natalidade.

Outra promessa diz respeito ao alargamento do IRS jovem e que passa pela isenção parcial dos rendimentos do trabalho dependente que, em vez de durar os atuais três anos, irá passar para cinco. Esta isenção será de 30% nos dois primeiros anos, de 20% nos terceiro e quarto anos e de 10% no quinto ano.

Por outro lado, garantiu que os jovens que regressem ao país vão ter benefícios fiscais por mais anos. A ideia é propor o alargamento do programa de apoio ao regresso dos jovens. Trata-se de uma alteração ao programa *Regressar* e que passa por aumentar a sua duração por três anos, até ao final desta legislatura (2023).

António Costa também garantiu que os trabalhadores de plataformas digitais vão passar a ter contrato de trabalho e que as empresas de trabalho temporário vão passar a estar condicionadas nos contratos com o Estado.



Saúde

Lisboa sem urgências de Obstetria

ULTRAPASSADOS "TODOS OS LIMITES"

No último fim de semana, todos os hospitais da área da Grande Lisboa estiveram sem capacidade de receber urgências de Obstetria/Ginecologia. A garantia foi dada pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM) numa nota publicada no seu site oficial, explicando que "a escassez de recursos humanos médicos fez ultrapassar todos os limites nos Serviços de Urgência de Obstetria/Ginecologia em todos os hospitais da Grande Lisboa, todos eles em estado de contingência".

"MENOS PROPAGANDA E MAIS INVESTIMENTO"

"Face a este cenário de calamidade", o Centro de Orientação de Doentes Urgentes da Delegação Regional do Sul do INEM encaminhou as grávidas e parturientes para a área de influência de cada hospital, "apesar do risco inaceitável", indicou o sindicato. "Lamentavelmente a senhora Ministra da Saúde continua sem compreender que só conseguirá fixar mais médicos no Serviço Nacional de Saúde tratando-os bem", esclareceu, exigindo "menos propaganda e mais investimento no SNS" e aconselhando aos médicos dos hospitais em causa "a apresentação de minutas de exclusão de responsabilidade por escassez de recursos humanos".



Empresa contrata 100 na abertura do parque industrial

Multinacional suíça escolheu Amarante e promete até 400 empregos qualificados

INDÚSTRIA A multinacional suíça que ontem inaugurou a nova zona industrial de Amarante promete na fase inicial emprego qualificado a uma centena de colaboradores, mas a contratação pode chegar aos 400 na melhor fase de produção.

A Fischer Connectors produz soluções de conectividade de alto desempenho (desde routers a conectores) e ontem deu início à construção da primeira fábrica fora da casa-mãe, com

o lançamento da primeira pedra, num investimento de 5,6 milhões de euros, junto ao IP4, em Aboadela. A fábrica deverá estar a laborar dentro de um ano.

“A vinda da Fischer Connectors para Amarante”, no dizer do autarca local, José Luís Gaspar, “faz parte de um plano que traçamos para nos tornarmos competitivos na atração de investimento e novas indústrias” sublinhou. ●

ANTÓNIO ORLANDO



ANTÓNIO COSTA/LUSA

Costa diz ter falado com “ironia” ao apontar Temido a líder do PS

Costa insiste que só vai decidir em 2023 se sai de líder do PS

Primeiro-ministro defende-se do PCP e faz rara crítica aos comunistas: “Não têm nenhuma alternativa a apresentar”

João Vasconcelos e Sousa

joao.sousa@ext.jn.pt

ENTREVISTA O primeiro-ministro insistiu ontem que não quer criar qualquer “tabu” em torno da sua possível saída da liderança do PS em 2023. António Costa recusou “tomar uma decisão dessa gravidade a dois anos de distância”, garantindo que, se deixar o cargo, não apoiará nenhum sucessor. Ao contrário, dará espaço a “todos e todas” para que haja “muitas escolhas” no seio do PS.

Em entrevista à TVI, Costa admitiu ter dado uma “resposta de ironia” ao indicar a ministra da Saúde, Marta Temido, como sua possível sucessora. Costa tinha

admitido esse cenário quando questionado sobre o tema durante o congresso do PS, em agosto.

Confrontado com as críticas feitas pelo líder do PCP, Jerónimo de Sousa – que acusou o Governo de seguir “políticas de Direita” –, Costa respondeu que, até às Autárquicas de dia 26 “todos vão andar a bater no PS”. “O que é que eles hão-de dizer? Quanto ao fundamental, não têm nenhuma alternativa a apresentar”, considerou.

O primeiro-ministro também referiu que as políticas de habitação e o combate à precariedade são a “chave” para dar “confiança” aos jovens e vincou o carácter “estratégico” da TAP. ●



Sitava reclama 47 milhões na insolvência da Groundforce

INDEMNIZAÇÕES Os associados do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava) estão a reclamar 47 milhões de euros em créditos no âmbito do processo de insolvência da empresa de handling Groundforce. Estes créditos referem-se, entre outros benefícios perdidos, a indemnizações “pela cessação do contrato de trabalho” e a “férias vencidas e não gozadas” e a subsídios por saldar.



Concurso reabre hoje com mais 3080 vagas

Primeira fase de candidaturas ao Superior. Há 1,1 candidatos por cada vaga disponibilizada

Jocana Amortm
jamortim@jn.pt

ENSINO A partir de hoje e até à próxima quinta-feira os estudantes que se candidatarão à 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) podem alterar as opções de candidatura já apresentadas. A reabertura da plataforma online surge na sequência da decisão do Governo de libertar vagas não ocupadas nos concursos especiais, como o de internacionais, para o CNAES por forma a fazer face à procura mais elevada dos últimos 26 anos. Para o efeito, somam-se 3080 novos lugares.

Conforme anunciou, no passado fim de semana, o Ministério da Ciência e Ensino Superior, a concurso estão agora 56 043 vagas, correspondendo a um lugar por cada 1,1 candidatos. Neste ano, recorde-se, registou-se a maior procura desde 1996, com 63 878 candidatos à 1.ª fase de acesso. Das três mil novas vagas, 160 foram alocadas aos cursos com maior concentração de melhores alunos.

PORTO COM MAIOR REFORÇO Numa leitura por instituições de Ensino Superior ao reforço de vagas, a Universidade do Porto foi a que mais alocou à 1.ª fase, com 414 novos lugares, para um total de 4820 vagas. Segui-

da pela Universidade de Lisboa, que aumentou a sua oferta em mais 368 vagas para 7672.

Numa análise por cursos, o maior reforço verifica-se no curso de Engenharia Civil do Instituto Politécnico de Lisboa, a libertar mais vagas agora do que aquelas que abriu na 1.ª fase: são agora 100. Aliás, no top 10 de cursos que mais lugares adicionaram estão, precisamente, três de Engenharia Civil. Formação que, nos últimos anos, tem registado uma baixa procura.

Recorde-se que, no ano passado, quando, pela primeira vez, foi autorizada a transferência de vagas dos concursos especiais para o CNAES, poucos foram os estudantes que alteraram as suas opções de candidatura iniciais. Na altura, na 1.ª fase do concurso, apenas apenas 2563 estudantes o fizeram, representando 4% do total de candidatos.

Com a procura em máximos, a tutela estima, neste ano, e tanto no público como privado, 90 mil novos alunos no Ensino Superior, dois terços dos quais via CNAES. O objetivo, reitera o gabinete de Manuel Heitor, é chegar a 2030 com seis em cada dez jovens de 20 anos no Superior.

Os resultados desta 1.ª fase de acesso serão conhecidos no próximo dia 27 de setembro (www.dges.gov.pt). ●



Candidatos ao Superior podem alterar as opções



Sete sindicatos da banca avaliam, hoje, a realização de greves conjuntas

Sindicatos alertam para despedimentos na Parvalorem

Veículo público que ficou com os ativos do BPN deverá promover a saída de 60 a 70 trabalhadores

Elisabete Tavares

elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

BANCA Estão em causa entre 60 e 70 postos de trabalho, que deverão desaparecer com o processo de reestruturação em curso na Parvalorem. O veículo público criado para ficar com os ativos tóxicos do antigo Banco Português de Negócios (BPN) caminha para a sua futura liquidação, o que preocupa os sindicatos dos bancários que temem que a medida venha a acentuar a crise que se vive em termos de despedimentos no setor.

Segundo estimativas dos sindicatos, em 2021 deverão sair da banca entre 2500 e 3000 trabalhadores, a maioria no segundo semestre devido aos processos em curso no Santander e no Millennium BCP.

“O Governo está num afã de liquidar a Parvalorem. Está a abrir concursos para vender a carteira a terceiros. Imaginamos que vão ser os suspeitos do costume a ficar a gerir e a comprar eventualmente as carteiras”, disse Paulo Marcos, presidente do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancá-

rios (SNQTB). “O Governo está num processo de reduzir ainda mais a operação da Parvalorem e achamos que com isso não está a defender o interesse nacional nem o interesse dos contribuintes”, adiantou ao JN/Dinheiro Vivo.

O sindicalista vê com “razoável preocupação que a Parvalorem deseje encetar

CONTEXTO

Em reestruturação

A Parvalorem pediu, este ano, ao Governo o estatuto de empresa em reestruturação para poder beneficiar de uma quota mais ampla de saídas de trabalhadores com direito a subsídio de desemprego.

Peso de 6200M€

Segundo estimativas do Tribunal de Contas, o custo do BPN para o Estado desde que o banco colapsou e foi nacionalizado pelo Governo de José Sócrates, em 2008, atinge os 6200 milhões de euros.

um processo de redução de 60% da sua força de trabalho nos próximos meses”.

Paulo Marcos destacou que “o processo de despedimentos ainda não começou” e os sindicatos ainda não conhecem “as condições que irão ser oferecidas aos trabalhadores para o término dos seus contratos de trabalho”.

Contactada, a Parvalorem nega haver despedimentos coletivos, mas admite que haverá “rescisões por mútuo acordo” e assegura que está a procurar integrar os “seus colaboradores em soluções de empregabilidade sustentável”.

O processo laboral na Parvalorem, a concretizar-se, vem engrossar os números de saídas de trabalhadores da banca em 2021. Os sete sindicatos do setor bancário anunciaram ontem que vão reunir-se hoje, para avaliar a possibilidade de avançar para greves conjuntas e outras ações de luta contra os despedimentos coletivos de 450 trabalhadores no BCP e no Santander. O SNQTB já tinha agendado greves no Santander, no dia 13 e no BCP, no dia 17 ●

ID: 94761262

07-09-2021

ENERGIA

Governo sob pressão para baixar preço da luz

O Bloco de Esquerda desafiou o Governo a cortar nas “rendas excessivas” das empresas de energia, começando pelas barragens e as eólicas. Em Espanha, o executivo de Pedro Sánchez prepara um “pacote de choque” com 10 medidas para travar a subida dos preços.

ANA SANLEZ

anasanlez@negocios.pt

Uma “bomba-relógio” que pode reventar nas mãos das famílias já em 2022. Foi assim que a coordenadora do Bloco de Esquerda (BE), Catarina Martins, descreveu os sucessivos aumentos que nos últimos meses têm atirado o preço da eletricidade no mercado grossista ibérico para valores recorde. As comercializadoras já admitiram que, mais cedo ou mais tarde, as subidas vão ser sentidas nos bolsos dos portugueses.

Para travar estilhaços no orçamento das famílias, o Bloco de Esquerda convocou uma conferência de imprensa para esta segunda-feira, na qual pressionou o Governo a cortar nas “rendas excessivas” que, na visão da líder, as empresas recebem. Catarina Martins respeçou duas medidas que o Bloco já tinha apresentado em junho, para reforçar que o Executivo deve agir “imediatamente” sobre o tema, sem esperar pelo Orçamento do Estado.

Um dos focos do ataque do partido são as barragens. O Bloco defende que as centrais hidroelétricas não devem ser remuneradas como as centrais emissoras de CO₂. Neste momento, são as centrais a gás, mais caras devido à subida dos preços das licenças de emissão de CO₂, que estão a ditar os elevados preços do mercado grossista, porque são as últimas a entrar no sistema, e determinam o preço pago a todos os produtores. Mesmo aos que não emitem gases poluentes, como as barragens. O que para a líder do Bloco

“é excessivo e não tem sentido”.

A medida já foi, no entanto, descartada pelo Governo. Ao Negócios, o Ministério do Ambiente defendeu na semana passada que a solução pode “distorcer” o mercado, além de que teria pouco impacto, afetando “somente 199 MW”. Isto porque estariam isentas as barragens posteriores a 2005, quando entrou em funcionamento o mercado de carbono, bem como as que foram objeto de decisão de investimento.

Para o Bloco, não é bem assim. Segundo Jorge Costa, deputado bloquista, a medida poderia abranger 20 centrais da EDP, que não estão a ser tidas em conta pelo Governo. Isto porque o Executivo estará a considerar que o valor que a EDP pagou pela extensão da concessão do domínio hídrico em 2007 é um investimento. De acordo com o deputado, esses cálculos de 2007 “não previam quaisquer ganhos resultantes da introdução do mercado de carbono”, o que, por si só, justificaria o corte da “renda”.

“Bom vento” de Espanha

A discussão é acicatada porque, ao contrário do Executivo de António Costa, o governo espanhol quer ir para a frente com esta medida. E avaliou-a em 1.200 milhões de euros de poupanças. Aplicada em proporção direta, poderia corresponder a cerca de 250 milhões de euros em Portugal, apesar de as contas serem, na prática, mais complexas.

A própria Catarina Martins enalteceu a iniciativa do governo espanhol, que, a braços com a escalada da eletricidade, anunciou ter em preparação um verdadeiro “plano de choque”. O objetivo é baixar os preços nos consumidores e “reformular o setor”, segundo avançou a ministra espanhola da



Matos Fernandes, ministro da Ambiente, diz que o Governo tem “almofadas” para travar subida dos preços.

Transição Ecológica ao jornal Expansión. O executivo de Pedro Sánchez tem em cima da mesa 10 medidas, que vão da fiscalidade à introdução de leilões em todas as tecnologias, e não só renováveis. “Era importante que o Governo olhasse para Espanha, onde estas medidas estão a ser discutidas”, atirou Catarina Martins.

Além das barragens, o Bloco voltou a apelar ao Governo para olhar para a remuneração garan-

tida das centrais eólicas, nomeadamente “acabar com a extensão por cinco anos” decidida pelo executivo de Pedro Passos Coelho. O partido defende a reposição da lei de 2005, segundo a qual as eólicas, depois de amortizadas, ficariam sujeitas a uma tarifa fixa “igual à resultante dos leilões para novas centrais”, que nas contas do BE deveria rondar os 50 euros por MWh. A remuneração mínima atual é de 90 euros por MWh.

O Ambiente já garantiu ter “almofadas” para amortecer o impacto da subida dos preços. O Executivo conta com a entrada em funcionamento das centrais solares, com o aumento das transferências para o Fundo Ambiental e com o sobreganho para o sistema elétrico resultante da produção renovável com tarifa garantida. Questionado pelo Negócios sobre a adoção de outras medidas, o Governo não fez mais comentários. ■



127,36 20

MIBEL

O preço médio da eletricidade no mercado grossista ibérico será de 127,36 euros por MWh esta terça-feira.

BARRAGENS

Segundo o Bloco de Esquerda, a revisão da remuneração das barragens poderia abranger 20 centrais da EDP.

João Relvas/Lusa



“

Era importante que o Governo olhasse para Espanha, onde estas medidas estão a ser discutidas.

CATARINA MARTINS
Coordenadora
do Bloco de Esquerda

“

Estamos a preparar uma grande reforma, no sentido de um plano de choque imediato.

TERESA RIBERA
Ministra espanhola
para a Transição Ecológica

negócios

Terça-feira, 7 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4574 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

DANIEL GROS
As raízes económicas do fiasco no Afeganistão
OPINIÃO 24



S. DA SILVA PINTO
Nord Stream: vulnerabilidade ou oportunidade estratégica?
OPINIÃO 27



Cartão de cidadão está a travar isenção de IMI

Os contribuintes que não alteraram a sua morada neste documento de identificação depois de terem adquirido uma habitação própria não estão a receber este benefício.

ECONOMIA 8 e 9



"Spread" da casa desce para metade em cinco anos

MERCADOS 18 e 19

Ricardo Pereira

SÉRIE 5 DIAS
11 DE SETEMBRO 2001

Os ataques terroristas pela lupa da economia

ENTREVISTA
RICARDO SANTOS

"O consumo não chegou a contrair"

PRIMEIRA LINHA 4 a 7

Publicidade

Radar África
Lourenço pressionado por quatro estratégias

ECONOMIA 12

Energia
EDP já pintou de verde mais de 40% da sua dívida

HOME PAGE 2

Governo sob pressão para baixar preço da electricidade

Bloco de Esquerda desafia Executivo a cortar nas "rendas excessivas". Em Espanha, Pedro Sánchez prepara 10 medidas para travar a subida.

EMPRESAS 14 e 15

Reabilitação com IVA reduzido só com certificado das câmaras

ECONOMIA 10



APROVEITE A ENERGIA SOLAR
SOLUÇÕES CHAVE NA MÃO PARA A SUA EMPRESA
INSTALAÇÕES FOTOVOLTAICAS & E-MOBILIDADE

Desenvolvido com
solvasto.pt



Sociedade Solução encontrada em 2019 não funciona

SNS não cobra às seguradoras todo o dinheiro devido por acidentes

Falha dura há sete anos. Houve uma alteração no sistema, mas o SNS continua a não cobrar algumas despesas que deviam ser cobertas por seguradoras. Estado não sabe sequer quanto fica por receber

Camilo Soldado

O problema foi detectado em 2014, no ano seguinte foi publicada uma portaria em *Diário da República* e, já em 2019, foi introduzida uma alteração no sistema de prescrições médicas. O objectivo era corrigir uma falha que pode representar perdas anuais de milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) a favor das seguradoras. Apesar disso, os montantes continuam por cobrar e o Estado não sabe quanto tem a receber.

A falha acontece quando, devido a acidentes da responsabilidade de terceiros, o utente é atendido em regime de ambulatório numa unidade do SNS e lhe são receitados medicamentos para adquirir numa farmácia. Por defeito no sistema de prescrição, o SNS não tinha forma de identificar essas situações e reaver a percentagem do montante do medicamento que seria da responsabilidade das seguradoras em casos de acidentes de viação, trabalho, desportivos ou escolares, que normalmente são cobertas.

Em resposta ao PÚBLICO, a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) refere que já alterou o sistema de Prescrição Electrónica Médica (PEM), em 2019, dando “ao médico a possibilidade de seleccionar como Entidade Financeira Responsável a opção “SNS-Acidente”, sempre que sejam identificadas situações de prestação de cuidados decorrentes de acidentes de viação, de trabalho ou pessoais” em que haja uma terceira entidade responsável.

Mas o reconhecimento de que a cobrança ainda não é feita vem da própria ACSS. “Até à data não foram ainda identificadas prescrições com a referida entidade financeira assinalada, não nos sendo possível estimar o valor a cobrar”, responde o instituto, através do gabinete de imprensa. A ACSS acrescenta que se perspectiva que “o montante em causa seja residual face ao total dos montantes participados em farmácia e face aos valores já facturados às seguradoras relativos aos serviços prestados pelas unidades hospitalares”. Mas não há qualquer valor que possa adiantar.

Contactada pelo PÚBLICO, a Ordem dos Médicos (OM) diz desconhecer o problema, referindo que não chegou ali “nenhum relato sobre a situação descrita”. “Sempre que a SPMS tem comunicado à Ordem dos



PAULO PIMENTA



NUNO FERREIRA SANTOS

A falha abrange verbas relacionadas com acidentes de viação, de trabalho ou pessoais (desportivos ou escolares)

A Ordem dos Médicos diz desconhecer o problema e descarta responsabilidades

Médicos alterações nos sistemas informáticos, temos publicitado essa mesma informação junto dos médicos”, nota a assessoria da Ordem.

Para a OM, também não é claro que essa seja uma responsabilidade que deva recair sobre os médicos. “É nosso entendimento que a facturação dos actos é uma tarefa da esfera administrativa e que se pretende o mais automatizada possível, devendo os médicos estar concentrados na qualidade dos actos clínicos e na relação com os doentes”, responde.

Acresce que, refere a OM, “em contextos como o descrito, é altamente

provável que o doente seja atendido por diferentes profissionais e equipas que, naturalmente, se concentram no diagnóstico e tratamento, sendo de somenos importância o evento que deu origem ao recurso à unidade de saúde ou a quem devem ser facturados esses mesmos actos”.

Um longo processo

Para contar esta história, é preciso regressar a 2014, o ano em que, por acaso, a jurista Ana Tavares identificou essa falha no sistema. Uma familiar teve um acidente que estaria coberto por seguro, foi atendida em regime ambulatório e foram-lhe receitados medicamentos. Através da análise da prescrição, Ana Tavares apercebeu-se de que o SNS não tinha forma de ir buscar o montante à seguradora. Na altura, o sistema de PEM não tinha qualquer campo que permitisse assinalar este tipo de ocorrência.

Apesar de ser jurista, foi adjunta de Maria de Belém no Ministério da Saúde e chefe de gabinete do secretário de Estado da Saúde Francisco Ramos na década passada. Dirigiu também os serviços jurídicos do Centro Hospitalar de Lisboa Central.

Quando se apercebeu, tentou bater a várias portas: à da ACSS, o instituto público que gere o SNS; à dos Serviços

Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), que, entre outras competências, trata da facturação de medicamentos do SNS; à do gabinete do ministro da Saúde de então e à da Inspeção-Geral da Saúde.

Não teve sucesso, até que, a 4 de Dezembro de 2015, uma portaria estabelece que, nos casos de responsabilidade de terceiros, “sempre que se apure a entidade financeira responsável pelo encargo com o medicamento, deve promover-se o ressarcimento do SNS”, e que cabe à ACSS definir os “procedimentos a adoptar” para o conseguir.

A publicação da portaria acabaria por ser insuficiente. Já com novo governo em funções, Ana Tavares volta a tentar alertar responsáveis pela saúde. E apesar de não falar de um montante concreto, os valores que extrapolou a partir das contas do Centro Hospitalar de Lisboa Central permitem-lhe estimar que o SNS está a perder vários milhões por ano, ao não cobrar estes montantes às seguradoras.

Sobre a alteração que a ACSS diz ter sido introduzida no sistema, Ana Tavares classifica-a como “inócua e ineficaz”, tanto que o valor continua por cobrar às seguradoras, isto porque “o mais natural é que apenas meses após o acidente a instituição de saúde tenha acesso às várias apólices em confronto e aos factos que possam levar à conclusão dos terceiros envolvidos e prováveis responsáveis”.

Mas há uma forma de resolver a situação, menciona. “Os dados sobre a causa da doença ou acidente que levaram um doente ao serviço de urgências, quando existem, são introduzidos Sistema Integrado de Informação Hospitalar (Sonho)”, diz. Acontece que a PEM não está ligada ao Sonho, mas apenas ao Registo Nacional de Utentes (RNU). Para que a portaria fosse implementada de facto, bastaria conectar o PEM ao Sonho. “Será que isso é tão difícil assim?”, questiona a jurista.

A ACSS diz apenas que, em conjunto com a SPMS, está a “proceder à revisão do processo de modo a identificar possíveis acções de melhoria na implementação do disposto na portaria em causa”. O Ministério da Saúde não respondeu às questões enviadas pelo PÚBLICO. Também não foi possível obter uma reacção junto da Associação Portuguesa de Seguradoras.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 7 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.456 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



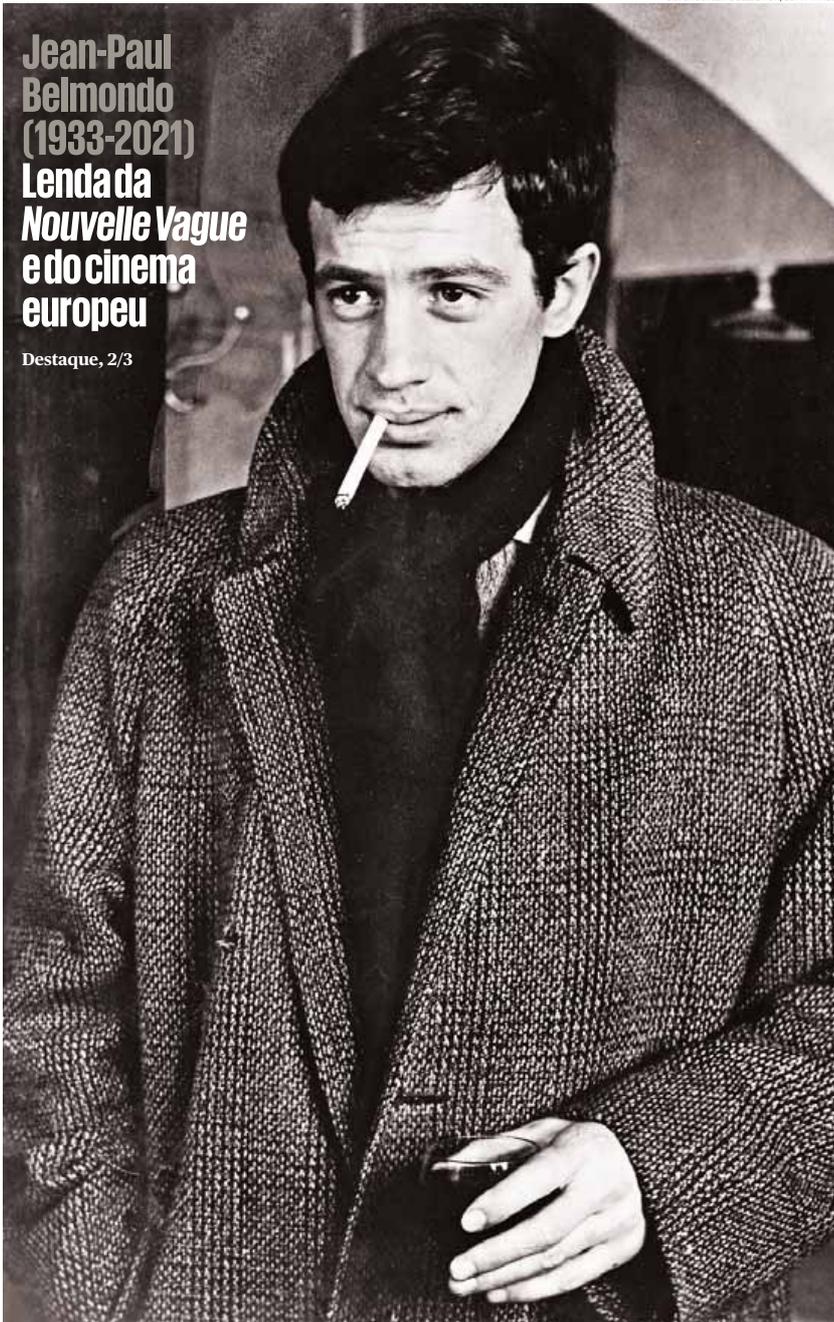
Protesto no dia da independência
Bolsonaro põe em xeque a democracia brasileira

Mundo, 16/17 e Editorial



20 anos do 11 de Setembro
Afeganistão, a guerra que a América poderia ter ganhado
 Mundo, 20 a 22

Investigação
Identificadas "impressões digitais" no cancro do pulmão de não-fumadores
 Ciência, 31



Jean-Paul Belmondo (1933-2021)
Lenda da Nouvelle Vague e do cinema europeu

Destaque, 2/3

SNS não cobra às seguradoras todas as despesas por acidentes

Problema foi detectado em 2014. Estado não sabe quanto já perdeu **Sociedade, 12**

A importância de um político dizer "sou homossexual"

João Miguel Tavares escreve sobre Rangel **P40**



Nova tabela
CUF e Luz Saúde só fazem partos pela ADSE até ao final do ano

Grupos privados de saúde já estão a avisar os beneficiários da ADSE na sequência das novas alterações da tabela de preços **Economia, 23**



Carlos Costa
Morreu o último fugitivo do grupo de Cunhal de Peniche

Carlos Costa morreu ontem, aos 93 anos. Foi uma das figuras centrais na vida do PCP. Manteve-se no comité central até 2008 **Política, 11**

Covid-19
Máscaras na rua vão acabar mesmo já neste domingo

Proposta que torna máscara obrigatória termina dia 12 e nem PS nem PSD vão apresentar projectos de lei para a renovar **Sociedade, 12**



Sistema de assistência na doença tem novas tabelas **Economia**



Na rede Hospital da Luz, as ecografias obstétricas de vigilância da gravidez são também excluídas da convenção

CUF e Luz Saúde só fazem partos pela ADSE até final do ano

Convenção aplica-se até 31 de Dezembro de 2021. Daí em diante, beneficiários terão de adiantar a totalidade do valor do parto, sendo depois parcialmente reembolsados pela ADSE

Raquel Martins

Os grupos privados CUF e Luz Saúde só vão assegurar a realização de partos nos seus hospitais ao abrigo da convenção com a ADSE até ao final do ano. De Janeiro de 2022 em diante, os preços dos partos estarão em linha com os que são praticados com as principais seguradoras, obrigando os beneficiários do sistema de saúde da função pública a adiantar a totalidade do valor, sendo depois parcialmente reembolsados pela ADSE, mas pagando mais do que o previsto na tabela do regime convencionado.

Esta é uma das consequências da

entrada em vigor, a 1 de Setembro, da nova tabela de preços que a ADSE paga aos prestadores com os quais tem convenções e que está a gerar controvérsia, com os privados a acusarem a entidade de não valorizar “de forma adequada os custos inerentes aos *standards* clínicos (...), nem o trabalho dos profissionais de saúde ou o nível de diferenciação” dos seus hospitais e clínicas.

Logo que as tabelas foram divulgadas pela ADSE, a Luz Saúde e a CUF emitiram comunicados a dar conta de que iriam manter a convenção com a ADSE para a generalidade das consultas, exames e cirurgias, mas em algumas áreas deixariam de

aplicar, anunciando a criação de “tabelas de preços especiais” a aplicar aos beneficiários que queiram continuar a ser seguidos nos seus hospitais ao abrigo do regime livre (em que o beneficiário adianta o valor e depois é parcialmente reembolsado pela ADSE).

Entre os actos médicos que deixam de estar cobertos pela convenção estão os partos. No *site* da CUF, anuncia-se que o grupo instituiu um período de transição para que se possam realizar ao abrigo da convenção até 31 de Dezembro. Em 2022, passa a aplicar-se o regime livre.

O grupo Luz tomou uma decisão semelhante e informa as utentes de

CUF anuncia que o grupo instituiu um período de transição para que partos se possam realizar ao abrigo da convenção até 31 de Dezembro. Luz tomou decisão semelhante

que se o parto está previsto até 31 de Dezembro, mantém-se dentro do regime convencionado. Após essa data, “o parto passa a estar abrangido pela tabela especial de preços (aplicável aos médicos que a ela aderiram), sendo solicitado depois o respectivo reembolso através do regime livre, nos termos previstos pela ADSE”.

Na rede Hospital da Luz, as ecografias obstétricas de vigilância da gravidez são também excluídas da convenção.

No caso de um parto normal, a tabela de preços da ADSE prevê que o beneficiário pague apenas 139 euros (que acrescem aos 1251 →



Economia Sistema de assistência na doença tem novas tabelas

euros da responsabilidade da ADSE), enquanto uma cesariana custa 239 euros (mais 2151 euros pagos pelo subsistema). No regime livre, a tabela prevê num parto normal o reembolso de 302 euros aos beneficiários, enquanto na cesariana pode ir até aos 604,5 euros.

O grupo Lusíadas Saúde ainda está a analisar o impacto e as implicações das novas tabelas. Apesar de essa análise não estar ainda fechada, lê-se num comunicado publicado no *site* do grupo, “há determinados procedimentos clínicos, especialidades ou médicos que poderão deixar de estar incluídos na convenção”, sem relevar quais.

A presidente do conselho directivo da ADSE, Maria Manuela Faria, alerta que “as chamadas tabelas especiais de alguns prestadores não servem os interesses dos beneficiários”, lembrando que “apenas as tabelas do regime convencionado o fazem”. E aconselha os beneficiários a consultar a informação disponível na página da ADSE sobre os prestadores com regime convencionado relativamente aos actos que pretendem realizar, para evitarem ser surpreendidos.

O assunto foi debatido ontem na reunião do conselho geral e de supervisão da ADSE, onde Maria Manuela Faria transmitiu aos representantes dos beneficiários, sindicatos e autarquias a disponibilidade para fazer “possíveis correcções técnicas às tabelas”, depois de ouvidos os consultores clínicos, afastando alterações profundas à tabela que entrou em vigor no início de Setembro, depois de vários adiamentos.

Questionada pelo PÚBLICO sobre as correcções que podem vir a ser feitas e sobre o prazo para as realizar, a presidente da ADSE disse que “ainda é cedo” para adiantar que reivindicações dos privados terão razão de ser, acrescentando que “não existe prazo definido para esse feito”.

Alguns prestadores dão exemplos de situações em que a nova tabela prevê o pagamento de valores abaixo do custo, como é o caso da intervenção mamária por vácuo, em que o custo da agulha é de 355 euros e a ADSE e o beneficiário pagam 330 euros, ou da mamografia bilateral (duas incidências por mama) em que a ADSE paga metade do que pagava na anterior tabela.

A ADSE responde que nestes casos em particular o preço foi fixado de acordo com o Serviço Nacional de Saúde.

Também a Ordem dos Médicos critica que no caso das cirurgias, de dispositivos médicos e de medicamentos os valores fechados representem quebras de 18% face ao que a ADSE pagava até agora, alertando que os doentes podem ficar prejudicados. Neste caso, a ADSE lembra que os preços foram fixados de acor-



Maria Manuela Faria,
presidente do conselho
directivo da ADSE

ADSE no Hospital das Forças Armadas em estudo nos próximos meses

O fim do ano é o horizonte temporal para a conclusão do estudo que o Estado-Maior General das Forças Armadas tem em curso para receber no Hospital das Forças Armadas beneficiários do subsistema de saúde do Estado, a ADSE. As negociações arrancaram em Março último, por um despacho do ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho (na foto), tendo sido constituído um grupo de trabalho multidisciplinar que inclui os três ramos — Exército, Marinha e Força Aérea — e o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Só depois de o estudo estar concluído, será submetido à apreciação da tutela.

O principal desafio, e ponderação, é que esta abertura do Hospital das Forças Armadas não prejudique a assistência aos 115 mil

beneficiários militares e suas famílias, tendo de ser definida a capacidade sobrança daquela unidade clínica. Em estudo não está a abertura universal à ADSE, podendo haver outras soluções: como os atendimentos dos servidores do Estado no domínio da segurança.

O futuro passa, também, pela definição das especialidades e da rentabilização dos investimentos realizados no reequipamento e actualização tecnológica do Hospital das Forças Armadas, tais como a aquisição de ressonâncias magnéticas de última geração ou a construção de um novo bloco operatório, que ultrapassam as necessidades dos militares. Outro sector-chave é a recuperação dos cuidados continuados em Lisboa e Porto.

O Hospital Militar de Belém, na dependência do

Exército, onde estava prevista uma parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e a Santa Casa da Misericórdia, voltou — por despacho conjunto dos secretários de Estado do Tesouro, Miguel Cruz, e Adjunto da Defesa Nacional, Jorge Seguro Sanches — à esfera militar. A sua não-alienação tem uma condição sublinhada por Gomes Cravinho: que as parcerias que se venham a constituir não tenham custos adicionais para a Defesa.

Depois de dois hospitais privados — grupos CUF e Luz Saúde — terem deixado de disponibilizar alguns procedimentos mais diferenciados no regime convencionado, por discordarem da nova tabela da ADSE, o mesmo ocorreu ao Instituto de Acção Social das Forças Armadas. Aliás, a assistência militar deve 16 milhões de euros ao Hospital das Forças Armadas. **Nuno Ribeiro**

do com os preços de referência e que existe uma cláusula de salvaguarda que “permite à ADSE acompanhar o preço do dispositivo médico acrescido da respectiva margem de comercialização nos casos em que os prestadores comprovem através da factura de aquisição que o preço foi superior ao fixado na tabela”.

120 pedidos de convenções

Maria Manuela Faria rejeita que, com a nova tabela do regime convencionado, os beneficiários corram o risco de ter menos prestadores de cuidados de saúde à disposição, garantindo que continuam a trabalhar no alargamento da rede.

A ADSE, assegura a presidente do conselho directivo, tem neste momento 120 pedidos de novas convenções que estão a ser analisados. Por outro lado, “até à semana passada e considerando o período temporal de diálogo com os prestadores sobre a nova tabela”, foram associados 80 mil novos actos médicos e foram desassociados 10 mil.

O processo continua em curso, com os prestadores ainda a decidirem em que actos pretendem ter o regime convencionado e nos que pretendem aplicar tabelas de preços próprias.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Terça-feira, 7 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.456 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Público

Protesto no dia da independência

Bolsonaro põe em xeque a democracia brasileira

Mundo, 16/17 e Editorial



20 anos do 11 de Setembro

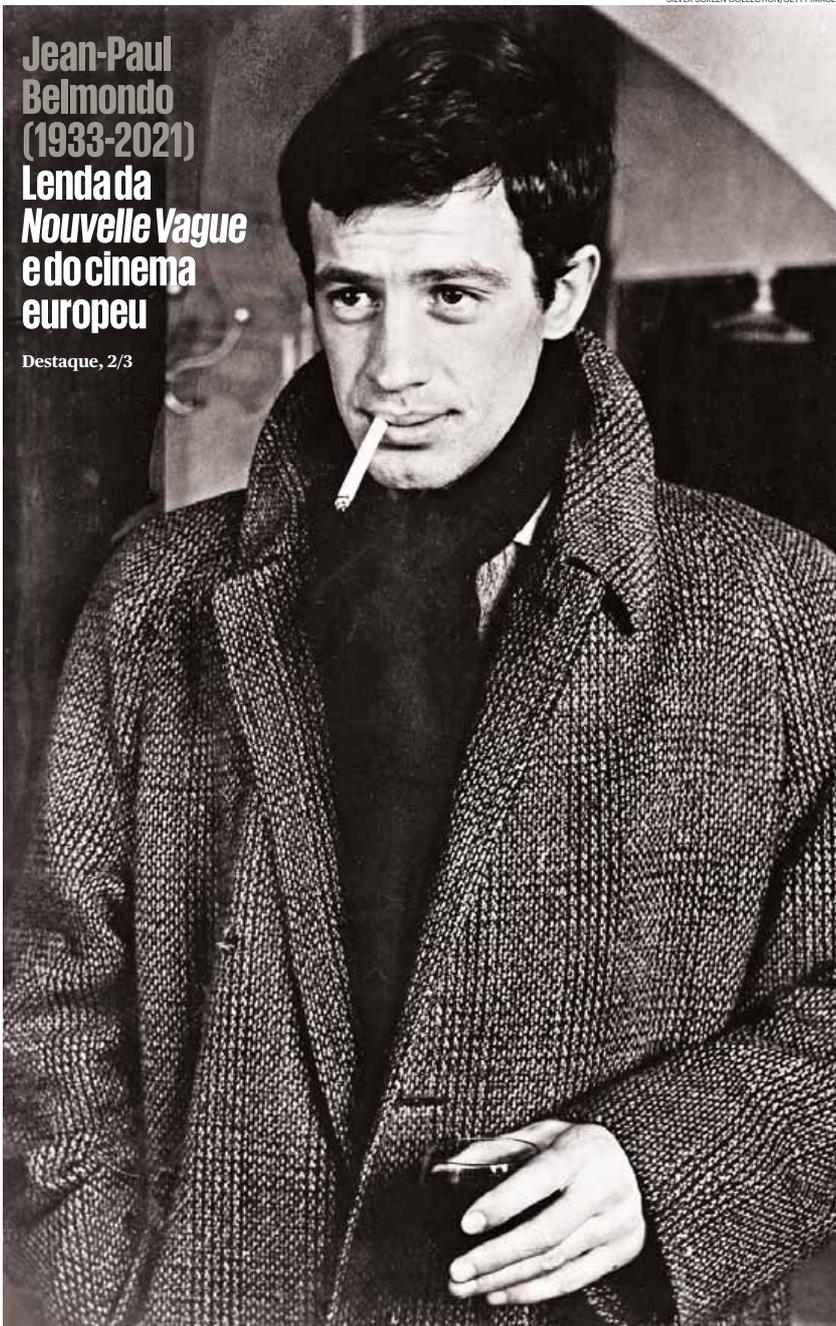
Afeganistão, a guerra que a América poderia ter ganhado

Mundo, 20 a 22

Investigação

Identificadas "impressões digitais" no cancro do pulmão de não-fumadores

Ciência, 31



Jean-Paul Belmondo (1933-2021)
Lenda da Nouvelle Vague e do cinema europeu

Destaque, 2/3

SNS não cobra às seguradoras todas as despesas por acidentes

Problema foi detectado em 2014. Estado não sabe quanto já perdeu **Sociedade, 12**

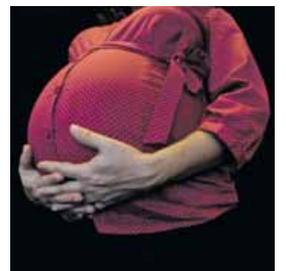
A importância de um político dizer "sou homossexual"

João Miguel Tavares escreve sobre Rangel **P40**



Nova tabela CUF e Luz Saúde só fazem partos pela ADSE até ao final do ano

Grupos privados de saúde já estão a avisar os beneficiários da ADSE na sequência das novas alterações da tabela de preços **Economia, 23**



Carlos Costa morreu o último fugitivo do grupo de Cunhal de Peniche

Carlos Costa morreu ontem, aos 93 anos. Foi uma das figuras centrais na vida do PCP. Manteve-se no comité central até 2008 **Política, 11**

Covid-19 Máscaras na rua vão acabar mesmo já neste domingo

Proposta que torna máscara obrigatória termina dia 12 e nem PS nem PSD vão apresentar projectos de lei para a renovar **Sociedade, 12**



Bloco quer descida da electricidade antes do OE

Liliana Borges

“Se nada for feito, a electricidade em Portugal vai aumentar cerca de dez euros na factura mensal”, antevê a líder do BE

O Bloco de Esquerda quer discutir a descida do preço da electricidade antes do Orçamento do Estado de 2022 e diz que as três propostas sugeridas pelo Governo baseiam-se em “argumentos errados”. Em contrapartida, Catarina Martins apresentou ontem duas alternativas: a eliminação dos “lucros abusivos” que as barragens auferem por terem a sua remuneração alinhada pela das centrais a gás e o fim da extensão de mais cinco anos da remuneração garantida às centrais eólicas.

A líder do BE lembra que a 15 de Outubro a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) irá definir o preço do mercado da energia e, por isso, “são medidas que devem ser tomadas quanto antes” e “não podem esperar pelo Orçamento do Estado”. “Para termos a certeza de que baixamos e não aumentamos o preço da energia em Portugal, para não aumentarmos as desigualdades sociais, para não agravarmos a pobreza energética, a actuação tem de ser feita agora”, declarou Catarina Martins, em conferência de imprensa desde a sede do partido, em Lisboa.

“Há mecanismos que estão ao alcance do Governo português para baixar o preço da energia sem desistir das medidas fundamentais de transição climática para o nosso país. A primeira delas é garantir que as barragens não são remuneradas como as centrais emissoras de CO2. É excessivo, não tem nenhum sentido”, propôs, lembrando que o Governo espanhol já anunciou esta medida.

Além da eliminação dos lucros das barragens, o BE propõe o fim da extensão de cinco anos das remunerações às eólicas. Em causa está um decreto-lei que recua ao Governo de Passos Coelho e que ofereceu aos centros electroprodutores eólicos a possibilidade de usufruírem de um período adicional de cinco ou sete anos de remuneração garantida, desde que efectuassem o pagamento de uma compensação anual ao Sistema Eléctrico Nacional durante um período de oito anos (2013-2020). O Governo já anunciou que haverá uma descida desta remuneração, mas Catarina Martins diz que, face “aos actuais preços, essa descida é irrelevante”.



Política Partidos vão ter de se pronunciar sobre luto parental



Petição foi lançada há cerca de uma semana

Luto parental chega ao Parlamento: petição e PAN forçam debate

Tanto a petição lançada pela Acreditar como a futura iniciativa do PAN visam alargar de cinco para 20 dias o período de luto dos pais que perdem um filho

Nuno Ribeiro

Por meio da petição lançada na quarta-feira pela Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, e que, até às 15h de ontem, já fora subscrita por 38.195 pessoas, o luto parental vai ser discutido no Parlamento. Mas não será, apenas, por esta via, pois o PAN – Pessoas, Animais e Natureza tem uma iniciativa própria. E vai apresentar um projecto de lei.

“Acompanhamos esta preocupação que nos parece da mais elementar justiça”, confirmou ontem, ao PÚBLICO, Inês de Sousa Real, porta-voz do partido. Quanto à data de apresentação, a deputada afirmou, apenas, que será nos próximos dias, não especificando, contudo, uma data.

“Os pais que perdem um filho

ficam severamente fragilizados, emocionalmente destruídos e impossibilitados de assumir capazmente, num curto espaço de tempo, os seus deveres laborais”, refere a petição apresentada por João de Bragança, presidente da Comissão Directiva da Acreditar, dirigida ao presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues. “O regime legal vigente é claramente insuficiente e violador dos mais elementares princípios que devem nortear o bem-estar físico e emocional dos trabalhadores em casos de luto parental”, prossegue.

Recordando que o Código do Trabalho prevê um regime jurídico de faltas injustificadas de, somente, cinco dias consecutivos, denuncia: “Os cinco dias consecutivos correspondem praticamente ao período necessário para o tratamento de formalida-

des atinentes à morte de um ser humano, não restando sequer um merecido período de pausa laboral para o exercício efectivo do devastador luto parental.”

O objectivo da Acreditar é que dos actuais cinco dias consecutivos se passe a 20 de luto parental, o que também é partilhado pelo PAN. “É o tempo mínimo para a reestruturação familiar de uma dor tão irreparável”, destacou Inês de Sousa Real.

O PÚBLICO contactou com todos os grupos parlamentares para conhecer as suas posições de princípio. Assinalando que a petição ainda não deu entrada na Assembleia da República e por não terem conhecimento do seu conteúdo, reservam a sua posição para mais tarde.

Contudo, ao PÚBLICO, os Verdes declararam estarem receptivos à discussão. As forças políticas recorda-

ram que amanhã decorre a conferência de líderes, mas que a análise desta petição não pode constar da ordem dos trabalhos.

A tramitação das petições na Assembleia da República desenvolve-se da seguinte forma. Qualquer peti-

ção subscrita por um mínimo de mil cidadãos é obrigatoriamente publicada no *Diário da Assembleia da República* e os peticionários são ouvidos em audição na comissão. Se a petição for subscrita por mais de quatro mil cidadãos, como é este caso, é apreciada em sessão plenária.

As petições são apreciadas pelas comissões competentes em razão da matéria e têm um prazo de 60 dias para incluir medidas. Da apreciação das petições pelo Parlamento podem derivar várias consequências. Da comunicação ao ministro competente pela medida legislativa, à apresentação por qualquer deputado ou grupo parlamentar de um projecto de lei. Noutra âmbito, pode dar lugar a um inquérito parlamentar ou ao envio à Procuradoria-Geral da República, à Polícia Judiciária ou à provedora de Justiça.

“**Acompanhamos esta preocupação que nos parece da mais elementar justiça**”

Inês de Sousa Real
Porta-voz do PAN



Sete sindicatos avaliam greve contra despedimentos no BCP e Santander

Rosa Soares

SNQTB já convocou um dia de greve para as duas instituições que pretendem avançar para o despedimento colectivo

Os sete sindicatos do sector bancário vão avaliar “a possibilidade de avançarem para greves conjuntas e outras acções de luta contra os despedimentos colectivos no Millennium BCP e no Banco Santander Totta”. A decisão será tomada hoje, em reunião entre SNQTB, Mais Sindicato, SBN, SIB, SBC, STEC e SinTAF. O anúncio do encontro foi feito ontem, pelo Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos Bancários (SNQTB).

A união de todos os sindicatos bancários, inédito na história do sindicalismo após o 25 de Abril de 1974, resultou já numa manifestação conjunta (a 13 de Julho), mas não em greve concertada por todos. Até agora.

Neste momento, o SNQTB já convocou um dia de greve para cada uma das instituições. No Banco Santander para o próximo dia 13 deste mês e no BCP para o próximo dia 17, na próxima semana.

Em comunicado, Paulo Gonçalves Marcos, presidente do SNQTB, explica que, “perante a disponibilidade demonstrada pelos restantes sindicatos bancários para avaliar a possibilidade de greves conjuntas no Millennium BCP e no Santander Totta, con-

vidámos os seus representantes para uma reunião na nossa sede, que decorrerá nesta terça-feira”

A possibilidade de avançar para a greve também já foi admitida pelos três sindicatos bancários afectos à UGT. Trata-se do Mais Sindicato e dos sindicatos dos bancários do Centro e do Norte, que, na sexta-feira, se reuniram com o ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, e com a ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, para lhes apresentarem “o drama vivido no sector no último ano”, com as saídas em curso de milhares de trabalhadores.

Naquele encontro, “o ministro da Economia comprometeu-se a falar com os presidentes dos dois bancos,

Sindicatos vão reunir-se “para avaliar a possibilidade de greves conjuntas no Millennium BCP e no Santander Totta”

Paulo Gonçalves Marcos, presidente do SNQTB



RUI GAUDÊNCIO

de forma a travar o recurso a despedimentos colectivos”, adiantou ao PÚBLICO a directora do Mais Sindicato, Cristina Damião.

O Santander anunciou recentemente ter desencadeado o processo para o despedimento colectivo de 350 trabalhadores que não aceitaram, de um universo de 685, as propostas de saída. A redução do número de trabalhadores neste banco, ao longo de 2021, deverá superar as mil pessoas, como admitiu o presidente da instituição financeira no Parlamento.

No caso do BCP, que, tal como no Santander, teve sempre em cima da mesa a possibilidade de despedimento colectivo, a medida pode abranger cerca de cem trabalhadores que não aceitaram a rescisão voluntária. O processo em curso pretende reduzir entre 800 e mil postos de trabalho.

Já depois do prazo fixado para a aceitação das propostas de saída, muitos trabalhadores terão acabado por ceder a acordos, pelo que, neste momento, não se conhece o número de trabalhadores a incluir nos despedimentos colectivos, ou mesmo se ainda se justificam.

Para além do número de postos de trabalho a suprimir nas duas instituições financeiras, que dão lucro, os sindicatos têm denunciado a pressão exercida sobre os trabalhadores para que aceitem as propostas de rescisão por mútuo acordo, ou a passagem à reforma (esta última em menor número, pelos encargos futuros que representam para as instituições).



Ruptura nas urgências de obstetrícia em Lisboa

Ana Maia

Sindicato fala em mais médicos reformados, vagas que ficam por preencher e clínicos cada vez mais esgotados

“Neste fim-de-semana, 4 e 5 de Setembro, todos os hospitais da área da Grande Lisboa estiveram sem capacidade de receber urgências de Obstetrícia/Ginecologia”, denunciou ontem o Sindicato Independente dos Médicos (SIM). Jorge Roque da Cunha relembra que em 2019 viveu-se um problema semelhante e que desde então houve mais médicos reformados, vagas colocadas a concurso para contratar novos especialistas que ficaram por preencher e clínicos cada vez mais esgotados. Ministério da Saúde diz que região “foi reforçada com 21 especialistas em anestesiologia e com quatro em ginecologia-obstetrícia” no último concurso para contratação de jovens especialistas.

A falta de recursos humanos está a limitar a capacidade de resposta das urgências obstétricas na Grande Lisboa. O SIM, numa denúncia afixada no *site* do sindicato, revelou ontem que os serviços de urgência de obstetrícia/ginecologia dos hospitais da Grande Lisboa estiveram “em estado de contingência”, o que implica limitações ao CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes) e o encaminhamento de grávidas pelo INEM para outra unidade.

Vagas vazias

Os motivos, aponta ao PÚBLICO, são “a quantidade de médicos que se reformaram – nos próximos três anos prevê-se a aposentação de cerca de 1400 médicos hospitalares e 1200 médicos de família –, cerca de 50% das vagas colocadas neste concurso para obstetrícia ficaram por ocupar – são dados que fomos recolhendo junto das pessoas que concorreram – e o número de rescisões [com o SNS] que aconteceram”.

A Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) confirmou ao PÚBLICO que “tem acompanhado e se tem reunido com os hospitais, com vista a garantir a normal actividade de todas as urgências das maternidades da zona da Grande Lisboa, promovendo, sempre que se justifique, o funcionamento em rede dos hospitais da região, garantindo assim uma resposta segura e de qualidade”.